



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

RELUCI – CONTAS DO ORDENADOR DE DESPESAS PREFEITURA

(ITEM 3.2.2, ANEXO III DA IN TCE/ES 68/2020)

EXERCÍCIO DE 2024



Prefeitura Municipal de Doris do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Controladoria-Geral do Município

**Chefe do Poder Executivo Municipal responsável pelo Envio
Thiago Lopes Pessotti**

**Chefe do Poder Executivo Municipal responsável pela Gestão
Cleudenir José de Carvalho Neto**

**Controlador Geral Interno (10/01/2024 à 08/10/2024)
Carlos Alberto da Silva Junior**

**Controlador Geral Interno (09/10/2024 à 31/12/2024)
Luciane Teresinha Pirovani Palácios**

**Coordenador da UCCI
Ivana Cecília Lacerda Loreti**

**Auditor Público Municipal
Luciane Teresinha Pirovani Palácios (19/01/2023 à 08/10/2024)
Lucas Belford Moreira**



SUMÁRIO

1. Relatório	4
1.1. Introdução	4
1.2. Pontos de Controle verificados	4
1.3. Constatações e Proposições dos Pontos de Controle	10
1.4. Análise das Demonstrações Contábeis	14
1.4.1. Análise da Consistência dos Saldos de Restos a Pagar Não Processados entre Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro	14
1.4.2. Análise da Consistência dos Saldos de Restos a Pagar Processados entre Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário	15
1.4.3. Análise da Execução Orçamentária na dotação Reserva de Contingência informada no Balanço Orçamentário	15
1.4.4. Análise da Execução Orçamentária na dotação Reserva do RPPS informada no Balanço Orçamentário	15
1.4.5. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à Receita Orçamentária	16
1.4.6. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à Despesa Orçamentária	16
1.4.7. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício anterior da conta Caixa e Equivalentes de Caixa	16
1.4.8. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício anterior atual da conta Caixa e Equivalentes de Caixa	16
1.4.9. Análise entre a Demonstração das Variações Patrimoniais e o Balanço Patrimonial em relação ao resultado patrimonial	17
1.4.10. Análise entre os totais dos saldos devedores e dos saldos credores	17
1.4.11. Análise da despesa Executada em relação à Dotação Atualizada	18
1.5. Constatações Documentação da PCA	18
2. Parecer do Controle Interno	18



**MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS
ANUAL DE GESTÃO - ORDENADOR PREFEITURA**

Emitente: Unidade Central de Controle Interno do Município de Dorcas do Rio Preto

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal

Gestor Responsável pela Gestão: Cleudenir José de Carvalho Neto

Gestor Responsável pelo Envio: Thiago Lopes Pessoti

Exercício: 2024

1. RELATÓRIO

1.1. INTRODUÇÃO

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, essa Unidade Central de Controle Interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, além das análises de demonstrações contábeis, seguido das constatações quanto aos arquivos da PCA enviados a esta unidade, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

1.2. PONTOS DE CONTROLE VERIFICADOS

Código	Objeto/Ponto de controle	Informações Analisadas	Base Legal	Tipo de Procedimento	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	Relatório de Liquidação das Contribuições Previdenciárias parte patronal, emitidos no sistema contábil. Acompanhamento realizado mensalmente, através do processo 0457/2024.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Revisão Analítica	Verificar se foram realizados os registros contábeis orçamentários e patrimoniais, das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência.	Valor Total das Contribuições Patronais Liquidadas – exercício 2024 R\$ 1.746.257,26 INSS: R\$788.665,45 PREVIDRP: R\$957.591,81	100%
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	Relatório de Pagamento das Contribuições Previdenciárias parte patronal, referente ao exercício de 2023, do PREVIDRP e	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de	Revisão Analítica	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da	Valor Total das Contribuições Patronais Pagas – Exercício 2023 R\$1.716.096,62	100%



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

		do INSS, emitidos pelo sistema contábil. Acompanhamento realizado mensalmente, através do processo 0457/2024.	competência		entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	INSS: R\$842.769,48 PREVIDRP: R\$950.729,66	
1.2.3	Registro por competência - multas e juros por atraso de pagamento	Relatório de Pagamento das Contribuições Previdenciárias, do INSS e do PREVIDRP, emitido pelo sistema contábil Acompanhamento realizado mensalmente, através do processo 0457/2024.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Regime de Competência	Revisão Analítica	Verificar se houve o registro por competência das despesas Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias	-	-
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias - parte servidor	Relatório de Pagamento das Contribuições Previdenciárias parte servidor, do PREVIDRP e do INSS emitido no sistema contábil. Acompanhamento realizado mensalmente, através do processo 0457/2024.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Revisão Analítica	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	<u>Valor Total Pago</u> <u>R\$1.089.601,94</u> INSS: R\$602.109,24 PREVIDRP: R\$487.492,70	100%
1.2.5	Parcelamento de Débitos Previdenciários	Informação prestada pelo PREVIDRP através do processo 788/2025;	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Análise Documental	Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: a) estão sendo registrados como passivo da entidade; b) estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS; c) se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo	-	-



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Controladoria-Geral do Município

					no RPPS; d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS; e) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.		
1.2.8	Medidas de Cobrança- Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber	Informação prestada pelo PREVIDRP através do processo nº 788/2025; Comparativo realizado através do Sistema contábil da UG FMS, confrontando a liquidação das contribuições previdenciárias patronal x pagamento realizado e contribuição previdenciária servidor retida x pagamento realizado. Acompanhamento realizado mensalmente, através do processo 0457/2024.	LRF	Revisão Analítica; Indagação	Avaliar se as obrigações previdenciárias não recolhidas pelas unidades gestoras, foram objeto de medidas de cobrança para a exigência das obrigações não adimplidas pelo gestor do RPPS e pelo Controle Interno.	Informação prestada pelo PREVIDRP através do processo nº 788/2025; Acompanhamento realizado mensalmente, através do processo 0457/2024..	100%
1.3.1	Bens em Estoque, móveis, imóveis e intangíveis registro contábil compatibilizado com inventário.	Balanço Patrimonial, emitido pelo sistema contábil. Inventário Anual de Bens Móveis e Imóveis e Inventário de bens em Almoxarifado, constantes no processo nº 0785/2025.	CRFB/88, art. 37, Caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Exame de Registros Auxiliares	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	\$59.338.726,23 (soma das contas do Balanço Patrimonial = Estoques/ Ativo Circulante e Imobilizado) Conferência entre os valores informados no Inventário Anual de Bens Móveis e Imóveis e Inventário de bens em Almoxarifado.	100%
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis –	Verificação realizada através de entrevista e	Lei 4.320/1964, art. 94.	Exame de Registros Auxiliares	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente	Verificação realizada através de entrevista e verificação	-



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Controladoria-Geral do Município

	Registro e controle	verificação documental.			estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	documental.	
1.3.3	Disponibilidades financeiras depósito e aplicação	Termo de Verificação de Disponibilidades Financeiras, emitido no sistema contábil.	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Análise Documental	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	R\$7.354.228,18 (de acordo com o saldo contábil do TVDISP)	100%
1.3.4	Disponibilidades financeiras depósito e aplicação	Termo de Verificação de Disponibilidades Financeiras emitido no sistema contábil.	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Análise Documental	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	R\$7.354.228,18 (de acordo com o saldo contábil do TVDISP)	100%
1.3.5	Dívida ativa e demais créditos tributários – conciliação do demonstrativo com as demonstrações contábeis	Balanco Patrimonial, emitido no sistema contábil e arquivo DEMDATA – Demonstrativo da Dívida, enviado pela Divisão de Tributação, através do processo nº 0776/2025	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Exame de Registros Auxiliares	Avaliar de as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores inscritos em dívida ativa tributária e não tributária.	R\$1.019.173,45	100%
1.3.6	Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular	Relatório e informações constantes nos processos 0780/2025 - Procuradoria Municipal e 1378/2025 Divisão de Contabilidade	LC 101/2000, art. 11.	Análise Documental; Indagação	Avaliar se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa e dos demais créditos tributários de competência do ente da federação.	R\$500.939,58 Valor total da cobrança judicial e em cartório	100%
1.5.1	Documentos integrantes da PCA Compatibilidade com o normativo do TCE	Arquivos da PCA	IN Regulamentado da remessa de prestação de contas	Conformidade (verificação documental)	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN	Arquivos emitidos pelo sistema contábil e recebido da Divisão de Recursos Humanos, Divisão de Tributação, Área de Almoxarifado e	100%



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

					Regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Patrimônio.	
2.2.34	Despesa – auxílios, contribuições e subvenções.	Lei nº 1.013/2023 LDO Lei nº 1.020/2023 LOA 2º Aditivo Termo de Colaboração 01/2022 – APAE/ Espera Feliz 1º Aditivo Termo de Colaboração 02/2021 – Lar São Sebastião/Espera Feliz	Legislação Específica	Análise Documental	Avaliar se houve concessão de auxílios, contribuições ou subvenções a entidades privadas sem previsão na LDO, na LOA e em lei específica.	Lei nº 1.013/2023 LDO Lei nº 1.020/2023 LOA Termo de Colaboração 01/2022 – APAE/ Espera Feliz 2º Aditivo Termo de Colaboração 01/2022 – APAE/ Espera Feliz – R\$224.400,00 1º Aditivo Termo de Colaboração 02/2021 – Lar São Sebastião/Espera Feliz – R\$24.000,00	100%
2.2.35	Despesa – subvenção social.	Lei nº 1.013/2023 LDO Lei nº 1.020/2023 LOA 2º Aditivo Termo de Colaboração 01/2022 – APAE/ Espera Feliz 1º Aditivo Termo de Colaboração 02/2021 – Lar São Sebastião/Espera Feliz	Legislação Específica	Análise Documental	Avaliar se a concessão de subvenção social obedeceu o disposto no art. 16, da Lei Federal nº 4.320/1964, especialmente no que se refere o seu parágrafo único.	Lei nº 1.013/2023 LDO Lei nº 1.020/2023 LOA 2º Aditivo Termo de Colaboração 01/2022 – APAE/ Espera Feliz – R\$224.400,00 1º Aditivo Termo de Colaboração 02/2021 – Lar São Sebastião/Espera Feliz – R\$24.000,00	100%
2.3.1	Passivos contingentes – reconhecimento de precatórios judiciais	Balancete Analítico da Despesa Orçamentária	CRFB/88, art. 100. /Lei nº 4.320/64, arts. 67 e 105 c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP 03.	Exame de Registros Auxiliares	Avaliar se os precatórios judiciais e demais passivos contingentes estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial.	R\$315.110,87	100%
2.5.4	Alíquota de contribuição – Recolhimento	Lei 114/2024 (14% alíquota retenção de servidor, 22% alíquota patronal e 3,6% taxa de administração)	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º.	Análise Documental	Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo as alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.	Lei 114/2024 (14% alíquota retenção de servidor, 22% alíquota patronal e 3,6% taxa de administração)	100%
2.5.5	Guia de recolhimento de	Documentação comprobatória enviada no	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998	Análise Documental	Verificar a existência de emissão de guia de recolhimento das	Guias Previdenciárias Totalizadoras.	100%



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

	contribuições previdenciárias	processo nº 0457/2024.	art. 1º.		contribuições previdenciárias devidas ao RPPS, nas unidades gestoras.		
2.5.7	Servidores cedidos	Informação prestada pelo PREVIDRP através do processo nº 0788/2025 e pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0786/2025.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 32, I, II e III.	Análise Documental; Indagação	Verificar se o RPPS é cientificado formalmente ou é parte do contrato/termo de cessão de servidores.	Informação prestada pelo PREVIDRP através do processo nº 0788/2025 e pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0786/2025.	100%
2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização Legal	Informação prestada pelo PREVIDRP através do processo nº 0788/2025	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 36, § 1º.	Análise Documental	Verificar se os acordos de parcelamentos tiveram autorização legislativa por se tratar de dívida fundada.	Informação prestada pelo PREVIDRP através do processo nº 0788/2025	100%
2.5.22	Contabilização da amortização do déficit atuarial	Lei 924/2020 Balancete Analítico da Receita Orçamentária – Anual/2024 - PREVIDRP Balancete Analítico da Despesa Orçamentária – Anual 2024 - PMDRP MCASP – Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – 10ª Edição.	MCASP e Portaria MPS 403/2008, art. 17	Análise Documental	Verificar se houve a correta contabilização dos repasses das amortizações do déficit ao RPPS pela Unidade Gestora devedora, bem como do reconhecimento da receita pelo RPPS em conta específica do plano de contas.	R\$1.741.728,26	100%
2.5.26	Censo Atuarial	Informação prestada pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0786/2025.	Lei Federal 10.887/2004, art. 3º. Portaria MPS 403/2008, art.12.	Análise Documental; Indagação	Verificar se o ente realiza censo atuarial de todos servidores ativos, aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada.	Informação prestada pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0786/2025.	100%
2.6.2	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Lei 335/1990	-	Conformidade (verificação documental)	Nos órgãos que dispõem de lei específica disciplinando condições e percentual mínimo dos cargos em	No estatuto dos servidores públicos municipais não está regulado percentual mínimo de servidores efetivos em cargo em comissão.	-



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

					comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, avaliar se a legislação específica está sendo observada.		
2.6.3	Pessoal – contratação por tempo determinado	Lei 931/2021 Editais 03/2024, 04/2024, 07/2024, 08/2024, 11/2024, 12/2024 e 14/2024 https://www.pmdrp.es.gov.br/processos-seletivos	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Conformidade (verificação documental)	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	Lei 931/2021 Editais 01/2023 a 14/2023. https://www.pmdrp.es.gov.br/processos-seletivos	100%
2.6.4	Pessoal – teto	Informação prestada pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0786/2025	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Conformidade (verificação documental)	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	Informação prestada pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0786/2025	100%
2.7.1	Cumprimento da IN STR 01/2015 – Ger. e Contr. do uso da Frota	Relatórios enviados pela secretaria e IN STR 01/2015	IN STR 01/2015 - PMDRP		Verificar se está sendo cumprida as determinações da IN STR 01/2015	Análises dos relatórios enviados mensalmente a esta UCCI.	100%
2.7.2.1	Registro de Admissões – envio ao TCE	https://www.pmdrp.es.gov.br/detalhe-do-processo-seletivo/info/concurso-publico-1-2024/35 https://www.pmdrp.es.gov.br/detalhe-do-processo-seletivo/info/concurso-publico-2-2024/43	CRFB/88, ART 71, INC. III; IN TC 38/2016	Análise Documental	Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro	Acompanhamento no site oficial sobre as publicações dos Concursos 01/2024 e 02/2024.	100%

1.3. CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES DOS PONTOS DE CONTROLE

Código	Achados/Constatações	Proposições/Alertas	Situação
1.2.1	Conforme acompanhamento realizado durante o exercício de 2023, através do processo 0457/2024, no mês de setembro não foi observado o princípio da competência na contabilização das contribuições previdenciárias parte patronal (RGPS). Considera-se o item Regular em virtude do pequeno valor liquidado em competência divergente do fato ocorrido.	-	Regular



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

1.2.2	De acordo com acompanhamento realizado durante o exercício de 2024, através do processo 0457/2024, o pagamento das contribuições previdenciárias - parte patronal, foram realizados tempestivamente.	-	Regular
1.2.3	Não houve pagamento de obrigações previdenciárias (parte patronal e parte servidor) em atraso, portanto não foi necessário a contabilização de juros e multas.	-	Regular
1.2.4	Conforme acompanhamento realizado durante o exercício de 2024, através do processo 0457/2024, a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores foram repassadas tempestivamente ao RPPS e ao RGPS.	-	Regular
1.2.5	De acordo com informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo 0788/2025, não existem parcelamento de débitos previdenciários.	-	Regular
1.2.8	<p>As obrigações previdenciárias parte patronal e parte servidor, referentes ao RPPS, relativas ao exercício de 2024, foram recolhidas tempestivamente, conforme comparativo realizado através do Sistema contábil da PMDRP, confrontando o valor total da liquidação da contribuição previdenciária patronal x pagamento realizado e contribuição previdenciária servidor retida x pagamento realizado – Processo 0457/2024</p> <p>Motivo pelo qual não foi necessário a cobrança das mesmas.</p> <p>De acordo com informação prestada pelo PREVIDRP através do processo nº 0530/2024, as obrigações previdenciárias estão sendo regularmente passadas</p>	-	Regular
1.3.1	<p>O valor dos Inventários dos Bens Móveis e Imóveis está divergente do valor dos Bens Móveis e Imóveis do Balanço Patrimonial.</p> <p>Bens Móveis Inventário: R\$16.658.219,55 Balanço Patrimonial: R\$16.660.858,59 Diferença R\$2.639,04</p> <p>Bens Imóveis Inventário: R\$42.676.753,06 Balanço Patrimonial: R\$42.678.129,82 Diferença R\$1.376,76</p> <p>De acordo com informações prestadas pela servidora responsável pela Divisão de Patrimônio, mensalmente é feita a conferência com a Coordenação de Contabilidade através da Tabela 10 – Resumo do Inventário de Bens Móveis. A servidora informou ainda que após contato com a empresa locadora de software foi esclarecido que houve um erro de Sistema e que no exercício de 2025 será corrigido.</p>	Comunicação a Divisão de Patrimônio e de Contabilidade em relação a diferença apurada, orientando para que seja realizada a conferência nos Resumos e no Inventário durante o exercício de 2025.	A Regularizar
1.3.2	De acordo com a análise realizada nos Termos de Guarda e Responsabilidade os registros analíticos de bens de caráter permanente da PMDRP estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização.	-	Regular
1.3.3	De acordo com análise do Termo de Verificação de Disponibilidade Financeira, todas as contas bancárias pertencentes a UG Prefeitura estão depositadas em instituições financeiras oficiais.	-	Regular
1.3.4	Verificou-se que as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e	-	Regular



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

	aplicações financeiras.											
1.3.5	<p>Conforme verificação, o valor demonstrado na conta dívida ativa tributária e não tributária, do Balanço Patrimonial, NÃO está de acordo com o demonstrativo enviado no processo 0776/2025, pela Divisão de Tributação.</p> <p>Balanço Patrimonial Dívida Ativa Tributária: R\$976.551,59 Dívida Ativa Não Tributária: R\$ 42.731,41 Total: R\$1.019.283,00</p> <p>Demonstrativo da Dívida Ativa (sistema Tributação) Dívida Ativa Tributária: R\$976.442,04 Dívida Ativa Não Tributária: R\$ 42.731,41 Total: R\$1.019.173,45</p> <p>Diferença de R\$109,55</p>	Comunicação a Divisão de Tributação e de Contabilidade em relação a diferença apurada, orientando para que seja realizada conferência entre o Demonstrativo da Dívida Ativa e o Balanço Patrimonial durante o exercício de 2025.	A Regularizar									
1.3.6	<p>Conforme informações prestadas pela Procuradoria Municipal – processo 0780/2025 e pela Divisão de Contabilidade – processo 1378/2025, no exercício de 2024, as medidas adotadas com vistas à cobrança da dívida ativa foram: Protesto em Cartório e Cobrança Judicial. De acordo com relatório emitido pela Divisão de Tributação – processo 0776/2025, o valor de Dívida Ativa recebida no exercício de 2024 foi de R\$ 111.802,92</p>	-	Regular									
1.5.1	<p>De acordo com análise da documentação contida no processo 1223/2024, os arquivos integrantes da PCA, descritos abaixo, não estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN (68/2020) regulamentadora da remessa de prestação de contas.</p> <table><tr><th>Arquivo</th><th>Inconsistência</th></tr><tr><td>TERMOV</td><td rowspan="2">Os valores informados estão divergentes do valor apurado no Balanço Patrimonial, fato que necessitaria de nota explicativa.</td></tr><tr><td>TERIMO</td></tr><tr><td>NOTAEXP</td><td>Incluir explicações quanto a divergência entre os valores da conta Ativo Imobilizado do Balanço Patrimonial e os Inventários.</td></tr><tr><td>DEMCSE</td><td>Deve ser informada legislação que determina o percentual das alíquotas vigentes no exercício.</td></tr></table>	Arquivo	Inconsistência	TERMOV	Os valores informados estão divergentes do valor apurado no Balanço Patrimonial, fato que necessitaria de nota explicativa.	TERIMO	NOTAEXP	Incluir explicações quanto a divergência entre os valores da conta Ativo Imobilizado do Balanço Patrimonial e os Inventários.	DEMCSE	Deve ser informada legislação que determina o percentual das alíquotas vigentes no exercício.	Comunicação aos setores responsáveis pela elaboração dos arquivos para que os elaborem conforme determinado na IN 68/2020.	A Regularizar
Arquivo	Inconsistência											
TERMOV	Os valores informados estão divergentes do valor apurado no Balanço Patrimonial, fato que necessitaria de nota explicativa.											
TERIMO												
NOTAEXP	Incluir explicações quanto a divergência entre os valores da conta Ativo Imobilizado do Balanço Patrimonial e os Inventários.											
DEMCSE	Deve ser informada legislação que determina o percentual das alíquotas vigentes no exercício.											
2.2.34 e 2.2.35	<p>A concessão de Subvenção à APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Espera Feliz está prevista no Decreto nº 3.196/2017, no Termo de Colaboração (2º aditivo) 01/2022 – APAE/ Espera Feliz, assim como na LDO (Lei nº 1.013/2023) e na LOA (Lei nº 1.020/2023) para o exercício de 2024.</p> <p>A concessão de Subvenção ao Lar São Sebastião de Espera Feliz está previsto no Decreto 3.196/2017, no Termo de Colaboração 02/2021 - São Sebastião/Espera Feliz, assim como na LDO (Lei nº 1.013/2023) e na LOA (Lei nº 1.020/2023) para o exercício de 2024.</p>	-	Regular									
2.3.1	De acordo com verificação do Balancete analítico da Despesa Orçamentária, os precatórios foram contabilizados em Pagamento de Precatórios Judiciais / Sentenças Judiciais – 33909100000 - Sec. Adm. e Finanças.	-	Regular									
2.5.4	Conforme acompanhamento realizado durante o exercício de		Regular com									



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

	<p>2024, através do processo 0457/2024, os descontos previdenciários parte servidor e a contribuição patronal estão de acordo com a legislação municipal.</p> <p>Lei 114/2024 (14% alíquota retenção de servidor, 22% alíquota patronal e 3,6% taxa de administração)</p> <p>Entretanto, entende-se que a maneira adequada da demonstração das alíquotas seria:</p> <p>14% Alíquota contribuição servidor ativo</p> <p>25,6% Alíquota Ente Federativo Total</p> <p>Conforme disposto no Estudo Atuarial com data focal de 31/12/2023</p> <p>O valor total patronal emitido no resumo da FOPAG diverge do valor patronal da guia de contribuição previdenciária (diferença 3,6% taxa de administração)</p>	<p>Comunicação a Procuradoria Geral do Município para que verifique quanto ao disposto na Lei 114/2024 sobre a Alíquota Patronal (Alíquota do Ente).</p> <p>O disposto na lei deve estar de acordo com o estabelecido no Estudo Atuarial.</p>	ressalva
2.5.5	<p>O pagamento das contribuições previdenciárias (parte patronal e parte servidor) foram realizados através de guias de recolhimento, conforme verificação de guia totalizadora, realizada mensalmente através do processo nº 0457/2024.</p> <p>Entretanto, entende-se que a maneira adequada da demonstração das alíquotas seria:</p> <p>14% Alíquota contribuição servidor ativo</p> <p>25,6% Alíquota Ente Federativo Total</p> <p>Conforme disposto no Estudo Atuarial com data focal de 31/12/2023</p> <p>O valor total patronal emitido no resumo da FOPAG diverge do valor patronal da guia de contribuição previdenciária (diferença 3,6% taxa de administração)</p> <p>Em determinados meses o pagamento da taxa de administração ocorreu através de empenho específico, sem emissão de guia de recolhimento.</p>	<p>Comunicação a Divisão de Contabilidade para que todos os pagamentos relativos a contribuição previdenciária (patronal, servidor e taxa de administração) sejam feitos através de guia emitida pelo sistema de Recursos Humanos.</p>	A Regularizar
2.5.7	<p>Após análise das respostas dadas pelo PREVIDRP – Processo 0788/2025 e pela Divisão de Recursos Humanos – Processo 0786/2025 verificou-se a falta de existência de rotina administrativa para a cessão de servidores.</p>	<p>Comunicação a Secretaria de Administração e Finanças, através da Divisão de Recursos Humanos, que realize a comunicação da cessão dos servidores efetivos ao PREVIDRP.</p>	A Regularizar
2.5.10	<p>De acordo com informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0788/2025, não existem acordos de parcelamento firmados em relação a débitos previdenciários com a UG PMDRP.</p>	-	Regular
2.5.22	<p>Na UG Prefeitura a contabilização dos Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial (R\$1.741.728,26) relativo ao repasse efetuado pelo município ao RPPS – Natureza da Despesa 33919700000 ocorreu em conformidade ao que determina o MCASP – Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - 10ª Edição</p> <p>No PREVIDRP o valor do aporte atuarial (R\$1.741.728,26) foi contabilizado na conta contábil 79990101000– Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS, em conformidade ao que determina o MCASP – Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – 10ª Edição.</p>	-	Regular
2.5.26	<p>Não ocorreu Censo Atuarial no exercício de 2024.</p>	<p>Comunicação a secretaria de administração e finanças, para que verifique junto ao setor competente o ano que foi realizado o último censo dos servidores públicos, ativos, inativos e pensionistas, afim de que caso seja necessário o mesmo deverá ser realizado. O censo contribui para a melhoria da qualidade dos dados dos segurados e beneficiários do RPPS do município, visando a realização de uma avaliação atuarial consistente e fidedigna.</p>	A Regularizar
2.6.2	<p>No estatuto dos servidores públicos municipais (Lei 335/1990) não está regulado percentual mínimo de servidores efetivos em</p>	-	Regular



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

	cargo em comissão.		
2.6.3	No exercício de 2021 foi promulgada a Lei nº 931/2021, na qual dispõe sobre a contratação por tempo determinado pelo município de Dorcas do Rio Preto, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público. Foram abertos os editais em 2024: 03/2024, 04/2024, 07/2024, 08/2024, 11/2024, 12/2024 e 14/2024 para atender as secretarias desta prefeitura. https://www.pmdrp.es.gov.br/processos-seletivos	-	Regular
2.6.4	De acordo com informação prestada pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo 0786/2025, contendo o Relatório do Sistema da FOPAG, verificou-se que o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	-	Regular
2.7.1	Durante o exercício de 2024, foram realizadas análises dos relatórios referentes ao controle de viagens e abastecimentos realizados pelas secretarias que possuem frota. Gabinete do Prefeito, Secretaria de Administração Finanças, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, Secretaria de Educação e Secretaria de Assistência Social.	Foram detectadas inconsistências quanto ao preenchimento dos relatórios de viagens e quanto as rotinas pré-estabelecidas pela IN STR 01/2015. Após as análises realizadas por amostragem, esta UCCI comunicou aos secretários responsáveis pela frota de cada pasta as inconsistências identificadas para as devidas providências.	Em regularização (as inconsistências são regularizadas a medida que são detectadas)
2.7.2.1	No exercício de 2024 foram realizados 2 concursos públicos: 01/2024 e 02/2024. Alguns servidores do concurso 01/2024 tomaram posse em 2024, entretanto o início de suas atividades laborais ocorreram em janeiro/2025. De acordo com IN 38/2020: Art. 8º - Para os fins do art. 221, inciso I, do RITCEES, os jurisdicionados mencionados no art. 1º desta Instrução Normativa encaminharão, no prazo de até 90 (noventa) dias contados a partir da data de início do efetivo exercício, documentos e informações referentes aos atos de admissão nos cargos e empregos públicos, nos termos da remessa Admissão, excetuando-se as nomeações para os cargos em comissão e as contratações temporárias de excepcional interesse público.	-	Regular

Não foi informada Proposição/Alerta para os itens que se encontram em situação REGULAR.

1.4. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1.4.1. Análise da Consistência dos Saldos de Restos a Pagar Não Processados entre Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro

O valor da inscrição de Restos a Pagar não Processados (exercício atual), informado no Balanço Financeiro, deve ser igual ao total da despesa empenhada subtraído o total da despesa liquidada, informada no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Restos a Pagar não Processados	
Balanço Financeiro (a)	3.161.547,49
Balanço Orçamentário (b)	3.161.547,49
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial exercício 2024.

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.



1.4.2. Análise da Consistência dos Saldos de Restos a Pagar Processados entre Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário

O valor da inscrição de Restos a Pagar Processados (exercício atual), informado no Balanço Financeiro, deve ser igual ao total da despesa liquidada subtraído o total da despesa paga, informada no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Restos a Pagar Processados	
Balanço Financeiro (a)	173.216,33
Balanço Orçamentário (b)	173.216,33
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Orçamentário exercício 2024.

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

1.4.3. Análise da Execução Orçamentária na dotação Reserva de Contingência informada no Balanço Orçamentário

Verificação nas informações do Balanço Orçamentário, se houve execução de despesa orçamentária na dotação “Reserva de Contingência”, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Execução de despesa na dotação Reserva de Contingência	
Despesa Empenhada	0,00
Despesa Liquidada	0,00
Despesa Paga	0,00

Fonte: Balanço Orçamentário exercício 2024.

Pelo exposto, verifica-se a ausência de execução orçamentária na dotação Reserva de Contingência.

1.4.4. Análise da Execução Orçamentária na dotação Reserva do RPPS informada no Balanço Orçamentário

Verificação se houve execução de despesa orçamentária na dotação “Reserva do RPPS”, com base nas informações do Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Execução de despesa na dotação Reserva do RPPS	
Despesa Empenhada	0,00
Despesa Liquidada	0,00
Despesa Paga	0,00

Fonte: Balanço Orçamentário exercício 2024.

Pelo exposto, verifica-se a ausência de execução orçamentária na dotação da Reserva do RPPS.



1.4.5. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à Receita Orçamentária

O total da receita orçamentária (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da receita orçamentária, informado no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Total da Receita Orçamentária	
Balanço Financeiro (a)	50.230.644,39
Balanço Orçamentário (b)	50.230.644,39
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Orçamentário exercício 2024.

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

1.4.6. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à Despesa Orçamentária

O total da despesa orçamentária (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da despesa orçamentária, informado no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Total da Despesa Orçamentária	
Balanço Financeiro (a)	46.080.813,23
Balanço Orçamentário (b)	46.080.813,23
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Orçamentário exercício 2024.

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

1.4.7. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício anterior da conta Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo da conta caixa e Equivalentes de Caixa (exercício anterior) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao informado no Balanço Patrimonial (coluna exercício anterior), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício anterior)	
Balanço Financeiro (a)	12.530.736,36
Balanço Patrimonial (b)	12.530.736,36
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial exercício 2024.

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

1.4.8. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício atual da conta Caixa e Equivalentes de Caixa



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Controladoria-Geral do Município

O saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao informado no Balanço Patrimonial (coluna exercício atual), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício atual)	
Balanço Financeiro (a)	7.355.233,24
Balanço Patrimonial (b)	7.355.233,24
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial exercício 2024.

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

1.4.9. Análise entre a Demonstração das Variações Patrimoniais e o Balanço Patrimonial em relação ao resultado patrimonial

O resultado patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) deve ser igual ao resultado do exercício no patrimônio líquido do Balanço Patrimonial, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Resultado Patrimonial	
Exercício atual	
DVP (a)	(27.565.521,08)
Balanço Patrimonial (b)	(27.565.521,08)
Divergência (a-b)	0,00
Exercício anterior	
DVP (a)	16.320.379,01
Balanço Patrimonial (b)	16.320.379,01
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial a Demonstração das Variações Patrimoniais exercício 2024.

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

1.4.10. Análise entre os totais dos saldos devedores e dos saldos credores

Os saldos devedores devem ser iguais aos saldos credores, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Comparativo dos saldos Devedores e Credores	
Saldos Devedores (a) = I + II	146.696.063,86
Ativo (BALPAT) - I	67.874.157,79
Variações Patrimoniais Diminutivas (DEMVAP) - II	78.821.906,07
Saldos Credores (b) = III – IV + V	146.696.063,86
Passivo Total = Passivo Exigível + Patrimônio Líquido (BALPAT) - III	67.874.157,79
Resultado Exercício (BALPAT) -IV	27.565.521,08
Variações Patrimoniais Aumentativas (DEMVAP) - V	51.256.384,99
Divergência (c) = (a) – (b)	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial a Demonstração das Variações Patrimoniais exercício 2024.

Pelo exposto, verifica-se a observância ao método das partidas dobradas.



1.4.11. Análise da despesa Executada em relação à Dotação Atualizada

O valor da despesa executada no Balanço Orçamentário deve ser menor ou igual à dotação orçamentária atualizada, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Execução da Despesa Orçamentária	
Despesa Empenhada (a)	46.080.813,23
Dotação Atualizada (b)	47.644.496,68
Execução da despesa em relação à dotação (a-b)	1.563.683,35

Fonte: Balanço Orçamentário exercício 2024.

Pelo exposto, verifica-se que não houve execução orçamentária da despesa em valores superiores à dotação atualizada.

1.5. CONSTATAÇÕES- DOCUMENTAÇÃO DA PCA

A documentação necessária para subsídio das análises dos Pontos de Controle foi recebida através das documentações constantes nos processos:

- nº 0785/2025 – Área de Almoxarifado e Patrimônio
- nº 0780/2025 - Procuradoria Geral do Município
- nº 0788/2025 e 0794/2025 – PREVIDRP
- nº 0786/2025 - Divisão de Recursos Humanos
- nº 0776/2025 – Divisão de Tributação
- nº 1378/2025 – Divisão de Contabilidade

Os arquivos contábeis foram emitidos através do sistema contábil, pela própria Unidade Central de Controle Interno, outra parte da documentação, que serviu de base para verificação da consistência dos arquivos da PCA, foi solicitado por esta UCCI no dia 20/02/2025, através do processo nº 1378/2025, e foi enviado pela Divisão de Contabilidade, nos dias 19 e 26/03/2025.

O Prefeito Municipal será comunicado através de processo administrativo, sobre as inconsistências detectadas, afim de que sejam promovidas ações para que as mesmas não ocorram no exercício de 2025.

2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. Cleudenir José de Carvalho Neto, responsável por esta Unidade Gestora – Conta Ordenador Prefeitura, relativa ao exercício de 2024.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados nos



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

itens 1.3 (19 com situação Regular, 01 com situação Regular com Ressalva, 06 com situação “A Regularizar” e 1 com a situação Regularizando) e 1.4 (11 análises contábeis em Conformidade) desta manifestação, conclui que a referida Prestação de Contas se encontra **REGULAR COM RESSALVAS**.

Dorcas do Rio Preto/ES, 27 de março de 2025

Luciane Teresinha Pirovani Palácios

Controlador Geral Interno

Matrícula 012673

CRC-ES 017959/O-2

Ivana Cecília Lacerda Loreti

Coordenador da Unidade Central de Controle Interno

Matrícula 016401

OAB/MG 203.428

Lucas Belford Moreira

Auditor Público Municipal

Matrícula 016400